

DISTRIBUIÇÃO

 Busca restrita a esta área.

[Expand all](#) [Collapse all](#)



SUGESTÃO DE LEITURA

Normas e expedientes relacionadas à distribuição e a custas.

NORMA /EXPEDIENTE	DESCRIÇÃO
Resolução nº 121 /2010, do CNJ	Dispõe sobre a divulgação de dados processuais eletrônicos na rede mundial de computadores, expedição de certidões judiciais e dá outras providências.
Resolução nº 46 /2007, do CNJ	Cria as Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário e dá outras providências.
Sistema de Gestão de Tabelas Processuais Unificadas, do CNJ	Integra a Resolução nº 46/2007 , do Conselho Nacional de Justiça, e objetiva a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, assuntos e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho, Eleitoral, Militar da União, Militar dos Estados e do Superior Tribunal de Justiça, a serem empregadas em sistemas processuais.
Provimento nº 305 /2014, do CSM	Institui e consolida, no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, de comunicação de atos e de transmissão de peças processuais, nos termos da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006.
Provimento nº 70 /2012, da CGJ	Estabelece regras procedimentais para o sistema eletrônico de tramitação de processos judiciais, instituído pelo Conselho Superior da Magistratura, por meio do Provimento n. 148/2008 (revogado pelo Provimento nº 305/2014).
Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça	Regulamenta os serviços dos foros judicial e extrajudicial e consolida, de maneira sistemática e uniforme, os provimentos, portarias, circulares, despachos normativos, instruções, orientações, ordens de serviço e comunicações editados no âmbito do TJMS.
Lei nº 11.419/2006	Dispõe sobre a informatização do processo judicial; altera a Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil; e dá outras providências.
Ofício circular nº 126.664.075.0148 /2019, da CGJ	Informa a implementação de novas funcionalidades na tela do peticionamento eletrônico de 1º Grau, bem como na distribuição de processos no sistema SAJ/PG5 (olhar anexos no SCDPA).
Ofícios Circulares nº 126.664.075.0267 /2021 e 126.664.075.0268 /2021	DECISÃO/OFÍCIO aos Juizes Diretores do Foro e Distribuidores, para conhecimento, acerca da nova ferramenta e respectiva orientação no GPS Eletrônico "Certidões Falso-Positivas", solicitadas pela Internet.